



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

08/04/2014 ATÉ 08/04/2014



INDÍCE

1	BLOG DO CAIO HOSTÍLIO	
	1.1 PRESIDÊNCIA.....	1
2	BLOG GILBERTO LEDA	
	2.1 SERVIDOR PÚBLICO.....	2
3	BLOG MÁRIO CARVALHO	
	3.1 DECISÕES.....	3
4	BLOG ZECA SOARES	
	4.1 PRESIDÊNCIA.....	4
5	SITE ADVOGADO NEWS	
	5.1 COMARCAS.....	5
	5.2 CURSOS.....	6
	5.3 DECISÕES.....	7
	5.4 DESEMBARGADORES.....	8
	5.5 JUÍZES.....	9
	5.6 TURMAS RECURSAIS.....	10
	5.7 VARA DE ENTORPECENTES.....	11
6	SITE AGÊNCIA BALUARTE	
	6.1 DECISÕES.....	12
7	SITE CAZUMBÁ	
	7.1 VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	13
8	SITE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO MARANHÃO - AMMA	
	8.1 DESEMBARGADORES.....	14
9	SITE JORNAL PEQUENO	
	9.1 VARA DE ENTORPECENTES.....	15

Secretário Ricardo Murad discute parcerias com o Ministério Público e Tribunal de Justiça do Maranhão







O apoio do Ministério Público estadual e do Poder Judiciário do Maranhão às ações do sistema de segurança pública estadual foram o assunto principal das visitas que o secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo

Murad, fez segunda-feira (7) à procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, e à presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire. Eles discutiram medidas que deverão ser tomadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão.

As reuniões objetivaram ainda estreitar as relações com os dois órgãos. Acompanharam Ricardo Murad, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende, e o subcomandante geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno.

Entre as várias propostas discutidas, ficou acertada a criação de um Comitê de Acompanhamento Permanente, que será composto pelas polícias Civil, Militar, Ministério Público e outros órgãos; de uma Central de Inquéritos, no âmbito do Judiciário; e a interligação dos sistemas de informação entre as forças de Segurança e o Ministério Público.

"Nossa intenção é, a partir de agora, estreitar esse relacionamento com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça. Apresentamos alguns pleitos a presidente do TJ e ela afirmou que vai avaliar e elencar o que pode ser atendido. Solicitamos agilidade na implantação da Central de Inquéritos, medida esta que vai facilitar e melhorar bastante o trabalho das polícias Militar e Civil. Além disso, fizemos o requerimento à Presidente que o Judiciário direcione algumas Varas específicas para julgar o crime organizado", destacou.

Ricardo Murad foi enfático ainda em defender a criação de um sistema integrado, que possibilite ao Poder Judiciário a disponibilização e a análise da ficha criminal de cada detento, principalmente nos casos de julgamento de habeas corpus. Ele lembrou da importância do endurecimento da Legislação Penal, para que se tenha um combate mais efetivo ao crime. "Queremos que haja um rigor absoluto contra quem pratica crimes, sem nenhum abuso ou excesso, a fim de que possamos tirar estes indivíduos de circulação e que eles entendam que o crime não compensa. O que observamos hoje é uma grande reincidência dessas pessoas, após serem liberados do Sistema Penitenciário", completou.

Investimentos nas polícias

Em contrapartida, o secretário de Segurança ressaltou que o Governo do Estado tem investido em modernos equipamentos. Ainda neste mês, serão entregues 500 novas viaturas, mais armas e coletes. Além disso, a SSP está destinando recursos para oferecer uma melhor estrutura aos profissionais do Sistema de Segurança. Há ainda para este ano, no planejamento do setor de Obras e Reformas da SSP, 62 obras para serem executadas.

Ricardo Murad informou aos gestores do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que desde o último sábado (5), os militares retornaram às atividades e estão realizando operações ostensivas de combate aos assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Murad afirmou que está acompanhando a finalização de um levantamento feito com um diagnóstico do quadro atual, após o ingresso dos novos policiais aprovados do Processo Seletivo. Ele pretende, segundo afirmou, atender às cidades que não possuem ainda a presença da polícia.

"Vamos ainda manter um contato com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos para estudarmos o caso dos adolescentes que estão sendo utilizados pelas facções criminosas para cometer atos infracionais. Temos convicção de que com essa união e a integração dos vários órgãos e da participação de todos, daremos mais tranquilidade a população do Maranhão. Esse é o objetivo do Executivo, Judiciário e do Ministério Público", mensurou.

Avaliação

A procuradora Regina Rocha avaliou a reunião como positiva. "Esses momentos são sempre importantes, uma vez que podemos tratar sobre várias problemáticas. Aproveitamos a ocasião para repassar os levantamentos feitos pelo Ministério Público em relação a Segurança Pública. O mais importante é sairmos daqui com a certeza de que vamos atuar conjuntamente na implementação de uma série de medidas emergenciais que

resultarão na melhoria da questão de segurança", comentou.

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, lembrou da indicação de Ricardo Murad para a Secretaria de Segurança. "O Tribunal de Justiça vai apoiar, no que for preciso, na gestão de Ricardo Murad. O nome dele é crucial para o bom desempenho das funções das forças de Segurança do Estado, pelo espírito inovador e arrojado", pontuou.

Sobre a criação das Varas específicas para tratar da atuação das facções criminosas, a titular do TJ afirmou ainda que vai encaminhar o Projeto de Lei para a Comissão de Organização Judiciária a fim de que a matéria seja analisada com celeridade.

Acompanharam ainda as audiências o desembargador Antonio Baima de Araújo; a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do MP, Fabíola Fernandes; José Cláudio Cabral, da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial; Luis Gonzaga, diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça; José Augusto Cutrim, da Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPÉM) e a chefe de gabinete da Corregedoria do MP, Doracy Reis.

Ex-secretário de Gil Cutrim na Articulação Política do Governo



O economista e administrador Rodrigo Valente assumiu, nesta segunda-feira (07), a secretaria adjunta de Articulação Política do Governo do Estado. O ato de nomeação foi assinado pela governadora Roseana Sarney (PMDB) na última sexta-feira (4). Valente, que era secretário municipal de Saúde de São José de Ribamar, ocupa o lugar deixado por Júnior Marreca, ex-prefeito de Itapecuru Mirim e ex-presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), atendendo convite da própria Roseana Sarney. Juntamente com o secretário titular da pasta, cujo nome ainda não foi definido pela governadora, Rodrigo Valente terá a missão de fazer com que a Secretaria execute o seu papel junto aos agentes da classe política, dentre eles prefeitos, deputados estaduais e deputados federais, por exemplo, contribuindo para que a Casa Civil trabalhe de forma mais técnica, conforme a própria titular da pasta, Anna Graziella Costa, anunciou em entrevista concedida na semana passada a vários veículos de comunicação. "Teremos, eu, o secretário titular e todo corpo funcional da Secretaria, a missão de atender, no dia a dia, a classe política, ouvir suas demandas e levá-las à governadora e aos secretários. É um trabalho árduo, mas tenho muita confiança de que obteremos um resultado positivo e satisfatório", afirmou Valente ressaltando que, nestes próximos dias, realizará reuniões com outros secretários estaduais e, de forma especial, com a classe política maranhense. Servidor concursado do Tribunal de Justiça do Maranhão (cargo de analista judiciário), ex-professor universitário e pós-graduado em Gestão de Qualidade, Rodrigo Valente, além de secretário municipal de Saúde, também comandou a Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças de São José de Ribamar. Nos dois cargos, ele executou um excelente trabalho, tendo a sua atuação reconhecida pela população ribamarense, servidores e pelo próprio prefeito Gil Cutrim (PMDB).

Município de São Luís terá que fornecer medicamento não disponível no SUS



O Município de São Luís terá que fornecer medicamento a uma paciente que sofre de osteoporose em estágio avançado na coluna, doença que está evoluindo e resultando em novas fraturas.

A decisão é do juiz titular do Juizado Especial da Fazenda Pública da capital, Ailton Castro Aires, onde destaca que o ente público municipal descumpriu um dos deveres essenciais do Estado ao negar o pedido da autora da ação e, assim, violou direito fundamental da paciente.

No pedido, a autora da ação alegou não possuir condições financeiras para a compra do remédio Ácido Zolendrônico (5mg), necessário para o tratamento da doença da qual está acometida. A paciente comprovou, com relatório médico e outros documentos, a necessidade do uso do remédio e as vantagens para o aumento da densidade mineral óssea e diminuição do risco de novas fraturas. Comprovou também que a doença evoluiu, mesmo usando o medicamento Alendronato, atualmente disponível pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Em sua defesa, o Município alegou que o remédio não está inserido na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), que a aquisição do fármaco é de elevado impacto financeiro para o ente federativo e que o fornecimento seria de responsabilidade da União e do Estado do Maranhão.

Com informações do Tribunal de Justiça

Ricardo busca ação integrada



O apoio do Ministério Público estadual e do Poder Judiciário do Maranhão às ações do sistema de segurança pública estadual foram o assunto principal das visitas que o secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Murad, fez segunda-feira (7) à procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, e à presidente do Tribuna de Justiça, desembargadora Cleonice Freire. Eles discutiram medidas que deverão ser tomadas de forma integrada pelas três instituições e que já devem entrar em vigor nos próximos meses, a fim de combater as práticas criminosas em todo o Maranhão.

As reuniões objetivaram ainda estreitar as relações com os dois órgãos. Acompanharam Ricardo Murad, o secretário adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos da SSP, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende, e o subcomandante geral da Polícia Militar, coronel João Nepomuceno.

Entre as várias propostas discutidas, ficou acertada a criação de um Comitê de Acompanhamento Permanente, que será composto pelas polícias Civil, Militar, Ministério Público e outros órgãos; de uma Central de Inquéritos, no âmbito do Judiciário; e a interligação dos sistemas de informação entre as forças de Segurança e o Ministério Público.

"Nossa intenção é, a partir de agora, estreitar esse relacionamento com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça. Apresentamos alguns pleitos a presidente do TJ e ela afirmou que vai avaliar e elencar o que pode ser atendido. Solicitamos agilidade na implantação da Central de Inquéritos, medida esta que vai facilitar e melhorar bastante o trabalho das polícias Militar e Civil. Além disso, fizemos o requerimento à Presidente que o Judiciário direcione algumas Varas específicas para julgar o crime organizado", destacou.

Ricardo Murad foi enfático ainda em defender a criação de um sistema integrado, que possibilite ao Poder Judiciário a disponibilização e a análise da ficha criminal de cada detento, principalmente nos casos de julgamento de habeas corpus. Ele lembrou da importância do endurecimento da Legislação Penal, para que se tenha um combate mais efetivo ao crime. "Queremos que haja um rigor absoluto contra quem pratica crimes, sem nenhum abuso ou excesso, a fim de que possamos tirar estes indivíduos de circulação e que eles entendam que o crime não compensa. O que observamos hoje é uma grande reincidência dessas pessoas, após serem liberados do Sistema Penitenciário", completou.

Investimentos

Em contrapartida, o secretário de Segurança ressaltou que o Governo do Estado tem investido em modernos equipamentos. Ainda neste mês, serão entregues 500 novas viaturas, mais armas e coletes. Além disso, a SSP está destinando recursos para oferecer uma melhor estrutura aos profissionais do Sistema de Segurança. Há ainda para este ano, no planejamento do setor de Obras e Reformas da SSP, 62 obras para serem executadas.

Ricardo Murad informou aos gestores do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que desde o último sábado (5), os militares retornaram às atividades e estão realizando operações ostensivas de combate aos assaltos, tráfico de drogas e homicídios.

Murad afirmou que está acompanhando a finalização de um levantamento feito com um diagnóstico do quadro atual, após o ingresso dos novos policiais aprovados do Processo Seletivo. Ele pretende, segundo afirmou, atender às cidades que não possuem ainda a presença da polícia.

"Vamos ainda manter um contato com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos para estudarmos o caso dos adolescentes que estão sendo utilizados pelas facções criminosas para cometer atos infracionais. Temos convicção de que com essa união e a integração dos vários órgãos e da participação de todos, daremos mais tranquilidade a população do Maranhão. Esse é o objetivo do Executivo, Judiciário e do Ministério Público", mensurou.

Avaliação

A procuradora Regina Rocha avaliou a reunião como positiva. "Esses momentos são sempre importantes, uma vez que podemos tratar sobre várias problemáticas. Aproveitamos a ocasião para repassar os levantamentos feitos pelo Ministério Público em relação a Segurança Pública. O mais importante é sairmos daqui com a certeza de que vamos atuar conjuntamente na implementação de uma série de medidas emergenciais que resultarão na melhoria da questão de segurança", comentou.

A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, lembrou da indicação de Ricardo Murad para a Secretaria

de Segurança. "O Tribunal de Justiça vai apoiar, no que for preciso, na gestão de Ricardo Murad. O nome dele é crucial para o bom desempenho das funções das forças de Segurança do Estado, pelo espírito inovador e arrojado", pontuou.

Sobre a criação das Varas específicas para tratar da atuação das facções criminosas, a titular do TJ afirmou ainda que vai encaminhar o Projeto de Lei para a Comissão de Organização Judiciária a fim de que a matéria seja analisada com celeridade.

Acompanharam ainda as audiências o desembargador Antonio Baima de Araújo; a diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais do MP, Fabíola Fernandes; José Cláudio Cabral, da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial; Luis Gonzaga, diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça; José Augusto Cutrim, da Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPÉM) e a chefe de gabinete da Corregedoria do MP, Doracy Reis.

Atendimento às partes na secretaria judicial de Passagem Franca está suspenso até o próximo dia 15 07/04/2014

Desde o último dia 3, o juiz David Mourão Guimarães de Moraes suspendeu o atendimento às partes pela Secretaria Judicial. Durante o período, a distribuição e demais atos processuais urgentes terão curso normal, em especial quando tratarem de habeas corpus, mandado de segurança, pedido de liminar ou de antecipação de tutela e réus presos, reza a portaria que trata da suspensão - Portaria 09/2014.

Ainda de acordo com a portaria, de modo a dar cumprimento aos despachos, decisões e sentenças proferidos durante o período correicional - 17 de fevereiro a 14 de março - o funcionamento da Secretaria Judicial será apenas interno no período. As audiências designadas acontecem normalmente. Já os prazos processuais ficarão suspensos.

Entre as considerações do juiz para a suspensão do atendimento, o grande crescimento da demanda judicial nos últimos três anos e a grande quantidade de despachos, decisões e sentenças proferidos durante a correição. David Mourão também cita os constantes problemas de queda de energia e de acesso à internet, o que tem dificultado a movimentação dos processos.

Correição - Segundo o titular de Passagem Franca, 1.387 processos foram analisados durante a correição. Ainda segundo o magistrado, em 2013 foram distribuídos na unidade 1.412 processos e julgados 1.426. O número de audiências realizadas no ano foi de 892. Tramitam atualmente na comarca 1.328 processos.

Cursos itinerantes estão formando novos conciliadores no Maranhão

07/04/2014

Com treinamentos na capital e interior do Estado, a escola judicial maranhense, em dois meses, contabiliza a formação de 144 novos mediadores que estarão aptos a atuar nos Centros de Conciliação instalados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Entre servidores do Judiciário estadual e acadêmicos de Direito, a série de cursos de formação de conciliadores está com turmas em andamento na comarca de Balsas, na Unibalsas, e em São Luís, na Faculdade UNDB.

Os treinamentos são oferecidos pelos instrutores Maria Isalete Barreto e Washington Sousa Coelho, ambos conciliadores atuantes e certificados para ministrar o Curso de Formação pelo Conselho Nacional de Justiça, habilitados a realizar o treinamento no Maranhão.

Para dinamizar a formação dos novos conciliadores, os instrutores dividiram-se na realização dos cursos, dessa forma conseguem desenvolvê-los simultaneamente na capital e interior do Maranhão, atendendo a demanda do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Após essa etapa teórica, os servidores deverão dispor de tempo livre para passar por estágio supervisionado e vivenciar, na prática, situações de mediação, nos centros de conciliação.

Diretas Já - Pela Democratização do processo eleitoral no Judiciário

07/04/2014

Com o objetivo de democratizar o processo eleitoral no Poder Judiciário, as entidades representativas da magistratura marcaram para o dia 31 de março uma ação conjunta para pedir eleições diretas para Presidentes dos Tribunais, protocolando perante todos os Tribunais Estaduais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais requerimentos solicitando a alteração imediata dos respectivos regimentos internos para permitir que os juízes de primeiro grau também participem ativamente do processo de escolha dos Presidentes e Vice-Presidentes.

E não podia ter sido escolhido data com melhor simbologia: 31 de março de 2014, dia em que se completa 50 anos do Golpe Militar de 1964, que marcou o início de um retrocesso na Democracia Brasileira, instaurando-se um regime de exceção a Direitos Fundamentais, que vivenciamos por longos 21 anos, até a campanha por Eleições Diretas na década de 80, e a Democracia somente teve o seu retorno consolidado com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988.

Com este movimento do associativismo, a magistratura nacional demonstra para a sociedade brasileira a necessidade de se superar o modelo retrógrado do voto censitário (apenas os Desembargadores votam nas Eleições para Presidente dos Tribunais) para se instalar, imediatamente, o modelo democrático da participação direta de todos os magistrados na escolha dos representantes do Poder, universalizando o direito ao voto, modelo este já experimentado com sucesso pelas demais Instituições Democráticas de Estado, tais como Ministério Público e Defensoria Públicas Estaduais, nas quais todos os membros dessas Carreiras de Estado participam efetivamente das Eleições de seus Dirigentes.

Ademais, pela proposta da AMB também se ampliará a elegibilidade, permitindo que sejam submetidos a votação todos os Desembargadores, não apenas os mais antigos, o que viabiliza a escolha pautada em critérios técnicos, priorizando-se a escolha daquele magistrado que, para a maioria dos membros da magistratura, se apresente como o melhor gestor ou administrador da coisa pública.

Apoio o movimento e entendo que a consolidação deste novo modelo de Democratização do processo eleitoral no Judiciário deve se dar imediatamente, bastando a alteração dos Regimentos Internos dos Tribunais, em observância a própria autonomia constitucionalmente consagrada ao Poder Judiciário para dispor sobre seus assuntos internos, independentemente de deliberação e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187/2002, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre as eleições diretas dos presidentes de Tribunais de 2º Grau, de autoria do Deputado Federal Wellington Fagundes (PR-MT).

Portanto, esta mudança histórica assegurará a efetiva observância da prerrogativa da própria Magistratura, reconhecendo-se todos os magistrados como membros de Poder, não apenas os membros integrantes das Cortes, permitindo a implementação de uma gestão efetivamente participativa, ao tempo em que convido os demais Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão a aderir a este movimento associativo, consolidando democraticamente o pioneirismo de nossa Corte Estadual.

Turmas recursais de Chapadinha e Pinheiro tem novos juízes

07/04/2014

As turmas recursais dos polos judiciais de Chapadinha e de Pinheiro têm novos membros. O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, da Vara Única da Comarca de Cantanhede, tomou posse como membro titular da Turma Recursal Cível e Criminal de Chapadinha. No polo de Pinheiro, quem tomou posse com membro suplente foi o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Junior, atualmente na Comarca de Guimarães. As posses ocorreram nesta segunda-feira (07), no Gabinete da Corregedoria.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, ao dar posse aos juízes destacou a atuação dos magistrados em suas unidades judiciais e disse que espera o mesmo empenho nas atividades das turmas, que poderá contar com todo apoio da Corregedoria. “Que vocês possam desempenhar bem suas funções nas turmas recursais que ora assumem. Tenham a certeza de contar com meu apoio e continuem firmes na missão de levar o Judiciário mais próximo do cidadão”, disse a desembargadora.

As turmas recursais de Chapadinha e Pinheiro fazem parte do Sistema de Juizados Especiais e funcionam no fórum da cidade. Elas foram instaladas em 2013 para receber recursos provenientes de processos que seguem o rito da Lei 9.099/95, também chamados processos de juizados especiais. Cada turma é composta por três juízes titulares e três suplentes, que se dividem entre as atividades da turma e das comarcas de que fazem parte.

Descentralização - Por meio da Resolução 56/2012 foram criadas oito turmas recursais, descentralizando uma atividade que antes ficava concentrada em São Luís e Imperatriz. As turmas funcionam nas sedes dos polos judiciais do Estado, que são Bacabal, São Luís, Chapadinha, Presidente Dutra, Caxias, Pinheiro, Balsas, Imperatriz. Com a alteração, São Luís que tinha cinco turmas passou a ter apenas uma.

A Turma Recursal de Chapadinha contempla, além da sede, as comarcas de Anajatuba, Araiões, Brejo, Buriti, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Magalhães de Almeida, Miranda do Norte, Presidente Vargas, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Santa Quitéria do Maranhão, Tutóia, Urbano Santos e Vargem Grande.

Já a Turma de Pinheiro tem abrangência sobre as comarcas de Bacuri, Bequimão, Candido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Governador Nunes Freire, Guimarães, Matinha, Maracaçumé, Mirinzal, Olinda Nova do Maranhão, Penalva, São Bento, São João Batista, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, São Vicente de Ferrer, Turiaçu e Viana.

A juíza coordenadora do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão, Marcia Chaves, fez a leitura do termo de posse e exercício. Após a assinatura, ela também desejou sucesso na nova missão aos magistrados.

Aumenta número de novos processos na 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís

07/04/2014

Nos primeiros três meses de 2014 a 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís recebeu 151 novos processos. Durante todo o ano de 2013 esse número chegou a 587 e no ano anterior, 451.

“É notável o aumento, pois todos os dias chegam novos processos de pessoas presas por tráfico de entorpecentes. Como cresce o número de dependentes químicos, logo, aumenta também o número de vendedores da droga”, explica o juiz auxiliar da 1ª Vara de Entorpecentes, Antonio Luiz de Almeida Silva.

A unidade judiciária é responsável pelo julgamento de crimes referentes ao tráfico de drogas na capital. A pena para esse tipo de crime é de reclusão que varia de 5 a 15 anos, dependendo da quantidade de droga apreendida. Os condenados também podem cumprir pena alternativa (prestação de serviços à comunidade), desde que não sejam reincidentes.

Reclusão - Presa em flagrante em sua residência, portando cocaína para comercialização, a dona de casa J.S.O, 40 anos, moradora do bairro Coroadinho, foi condenada ao pagamento de multa e a 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ela recorreu da decisão da 1ª Vara de Entorpecentes, mas o Tribunal de Justiça, em março deste ano, manteve a sentença de primeiro grau proferida em 2011. A prisão ocorreu em julho de 2007.

Segundo consta nos autos, a moradora vinha sendo investigada pela prática de tráfico de drogas, mas sempre que os policiais descobriam seu endereço, a denunciada mudava de residência para dificultar o trabalho da polícia. No dia da prisão em flagrante, a mulher tentou se desfazer de uma caixa, sendo impedida pelos policiais que encontraram dentro da caixa um saco plástico contendo cocaína.

A 1ª Vara de Entorpecentes funciona no 3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

TJMA extingue ação do Ministério Público contra Asilo de Mendicidade

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu uma ação proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) que condenava o Asilo de Mendicidade de São Luís à reestruturação física e social em sua sede, sob pena de multa diária de um salário mínimo para cada idoso abrigado, multiplicado pelo número de meses em que estivessem no local.

Os desembargadores membros da Câmara Cível consideraram a perda do interesse processual do Ministério Público, que deixou de retornar ao asilo para verificar as reformas realizadas durante o processo.

Dez anos antes da sentença que condenou o abrigo, o MP ajuizou ação civil pública alegando que o local apresentava estrutura deficiente, péssimas condições de higiene, número de funcionários insuficiente, falta de atividades ocupacionais e de lazer aos idosos, assistência médica e odontológica precárias, entre outros problemas.

Maria da Graça Duarte pede pauta para julgar extensão administrativa dos 11.98% para todos
Desembargadora Maria das Graças Duarte acabou com a festa do Ministério Público contra o Asilo de Mendicidade

A defesa ajuizou recurso do Asilo, salientando o caráter beneficente da instituição, dependente de doações revertidas integralmente em prol dos idosos e a impossibilidade, no tempo e modo, de todas as exigências do Ministério Público. Em audiência de conciliação, o asilo informou que já realizara melhorias no local, ficando designado prazo para comparecimento e elaboração de novo relatório pelo órgão ministerial.

A relatora do recurso, desembargadora Maria das Graças Duarte, ressaltou que passados mais de seis anos, o MP não vistoriou as instalações do asilo e não providenciou novo relatório sobre as condições de estrutura física e social, prejudicando a correta apreciação por parte do juiz.

“Fundamentar a decisão com base em inquérito que retrata uma realidade de dez anos atrás fere o princípio da razoabilidade, já que a situação atual não pode ser a mesma ou o apelante já teria sofrido novas inspeções”, avaliou.

A magistrada considerou cruéis a multa e a indenização impostas ao asilo, tendo em vista a natureza dos serviços sociais que a entidade presta à comunidade, em especial aos idosos, sem qualquer fim lucrativo.

“Os recursos angariados provêm basicamente de doações, das quais dependem todas as atividades do asilo, que não aplicar recursos de que não dispõe”, afirmou. (Processo: 114112011)

Justiça proíbe adolescentes de entrar no Rio Anil Shopping



Na tarde deste sábado (5), a administração e a equipe de segurança do shopping Rio Anil, no bairro da Cohab, executaram a ordem judicial provisória expedida pela juíza auxiliar da 1ª Vara Cível Infância e Juventude, Lívia Maria Costa Aguiar, que decide restringir a entrada e permanência de menores de 18 anos sem a presença do pais ou responsável no shopping.

A liminar foi expedida após a solicitação dos lojistas para evitar danos graves ou irreparáveis às lojas em função de um evento, conhecido como "rolezinho", marcado por adolescentes nas redes digitais para ocorrer nesse sábado nas dependências do estabelecimento.

De acordo com a decisão da magistrada, durante os finais de semana as crianças e adolescentes menores de 18 anos só podem entrar no Rio Anil acompanhadas dos responsáveis. A medida deve valer para o próximo final de semana também. "Determino limitação da entrada de menores de 18 (dezoito) anos desacompanhados de responsáveis, e permanência nas dependências do Rio Anil Shopping, nos dias 5, 6, 12 e 13 do mês de abril do corrente ano, para que o referido movimento se abstenha de continuar e se manifestar nos limites da propriedade do Demandante", diz o item I da sentença.

No perfil do micro-blogging Twitter, a administração do shopping informou aos clientes que "a decisão foi tomada para garantir o bem estar de seus clientes, lojistas e colaboradores".

Em artigo, desembargador manifesta apoio às eleições diretas nos Tribunais

Com o artigo “Diretas Já - Pela Democratização do processo eleitoral no Judiciário”, publicado neste domingo (6), no Jornal Pequeno, o desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, integrante da Primeira Câmara Criminal do TJMA, manifesta seu irrestrito apoio à luta do movimento associativo da Magistratura por eleições diretas para os cargos de presidente e vice-presidente dos Tribunais.

O desembargador destaca em seu artigo que com este movimento a Magistratura nacional demonstra para a sociedade brasileira a necessidade de superar o modelo retrógrado do voto censitário (apenas os desembargadores votam nas Eleições para Presidente dos Tribunais) para se instalar, imediatamente, o modelo democrático da participação direta de todos os magistrados na escolha dos representantes do Poder, universalizando o direito ao voto, modelo este já experimentado com sucesso pelas demais Instituições Democráticas de Estado.

“Apoio o movimento e entendo que a consolidação deste novo modelo de democratização do processo eleitoral no Judiciário deve se dar imediatamente, bastando a alteração dos Regimentos Internos dos Tribunais, em observância à própria autonomia constitucionalmente consagrada ao Poder Judiciário”, afirmou Raimundo Melo.

Além do desembargador Raimundo Melo, outros desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão já declararam publicamente apoio à luta da AMB, da AMMA e de outras entidades da Magistratura, dentre eles José Luís Almeida, Vicente Ferreira Lopes, Cleones Cunha e Jamil Gedeon.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, que também é coordenador da Justiça Estadual da AMB e um dos líderes do movimento das Diretas Já nos Tribunais, vê com muito otimismo o apoio dos desembargadores. Gervásio disse ter esperança que o Tribunal de Justiça do Maranhão venha a entrar para a história do Judiciário brasileiro por ser o primeiro a permitir a participação dos juízes de Direito no processo de escolha do seu presidente.

Leia aqui o artigo do desembargador Raimundo Melo

Aumenta número de novos processos na 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís

Nos primeiros três meses de 2014 a 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís recebeu 151 novos processos. Durante todo o ano de 2013 esse número chegou a 587 e no ano anterior, 451.

“É notável o aumento, pois todos os dias chegam novos processos de pessoas presas por tráfico de entorpecentes. Como cresce o número de dependentes químicos, logo, aumenta também o número de vendedores da droga”, explica o juiz auxiliar da 1ª Vara de Entorpecentes, Antonio Luiz de Almeida Silva.

A unidade judiciária é responsável pelo julgamento de crimes referentes ao tráfico de drogas na capital. A pena para esse tipo de crime é de reclusão que varia de 5 a 15 anos, dependendo da quantidade de droga apreendida. Os condenados também podem cumprir pena alternativa (prestação de serviços à comunidade), desde que não sejam reincidentes.

Reclusão - Presa em flagrante em sua residência, portando cocaína para comercialização, a dona de casa J.S.O, 40 anos, moradora do bairro Coroadinho, foi condenada ao pagamento de multa e a 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ela recorreu da decisão da 1ª Vara de Entorpecentes, mas o Tribunal de Justiça, em março deste ano, manteve a sentença de primeiro grau proferida em 2011. A prisão ocorreu em julho de 2007.

Segundo consta nos autos, a moradora vinha sendo investigada pela prática de tráfico de drogas, mas sempre que os policiais descobriam seu endereço, a denunciada mudava de residência para dificultar o trabalho da polícia. No dia da prisão em flagrante, a mulher tentou se desfazer de uma caixa, sendo impedida pelos policiais que encontraram dentro da caixa um saco plástico contendo cocaína.

A 1ª Vara de Entorpecentes funciona no 3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.